



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

PROCESSO N.º: 526193/24

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

INTERESSADO: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA

PROCURADOR/ADVOGADO: CONRADO MIRANDA GAMA MONTEIRO, LUIZA CASTRO SANTOS FURTADO, RAMON MATHEUS CAVALCANTE TRAUCZYNSKI

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

DESPACHO: 1083/24

Trata-se de Representação da Lei de Licitações, com pedido de medida acautelatória, proposta por PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, em face de irregularidade que considera existir no Edital da Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS, cujo objeto é “a escolha da proposta mais vantajosa que visa à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇOS DA PRIMEIRA ETAPA DA OBRA DA GRANJA AGRO LARANJEIRAS COM MOVIMENTAÇÃO DA TERRA E PREPARAÇÃO PARA FUNDAÇÕES, segundo os projetos, planilhas, cronograma, memorial descritivo e demais anexos do edital”, realizada pelo Município de Laranjeiras do Sul.

A Representante, em suma, sustenta que no edital de licitação foi incluído o item 3.3, e subitem 3.3.15, no qual expressamente se veda a participação no certame de empresas reunidas em consórcio, e que tal restrição se deu sem fundamentação que justifique a proibição.

Esclarece que em razão da cláusula restritiva, propôs impugnação dentro do prazo, entretanto, o Departamento de Licitação do Município de Laranjeiras do Sul não acatou suas alegações, sob o argumento de que a vedação para participação em consórcio ter sido justificada, uma vez que seria de escolha do órgão licitante permitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, com base na complexidade do objeto a ser licitado.

Afirma que o Departamento de Licitação do município alegou que a obra em questão não carrega complexidade que enseja na necessidade de atuação conjunta de empresas em consórcio, e que a ausência de empresas reunidas em consórcio no certame não resultaria em prejuízos à competitividade, uma vez que, em



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

regra, a formação de consórcio seria admitida quando o objeto a ser licitado envolvesse questões de alta complexidade técnica.

Explicita que o Termo de Referência teve duas versões, uma datada de 10/07/2024 na qual não constava a vedação de participação em consórcio, e outra, datada de 11/07/2024, na qual a vedação passou a ser prevista.

Discorre sobre a possibilidade de participação de empresas em consórcio, que passou a ser uma regra padrão, somente podendo ser afastada por justificativa idônea.

Cita jurisprudência do TCU e doutrina para amparar seu posicionamento.

Menciona a representante que dentre as exigências de qualificação técnica destaca-se os serviços de escavação em rocha, cuja execução demanda método executivo com licenças e expertise bastante individuais.

Ao fim, requereu a concessão de medida cautelar para suspensão do certame e o julgamento pela procedência da representação.

Com efeito, realmente a possibilidade de participação de empresas em consórcio nas licitações passou a ser a regra com o advento da Lei nº 14.133/21 (lei de licitações), que, em seu art. 15 *caput*, expressamente dispõe:

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

A redação legal não deixa dúvidas de que não basta uma justificativa genérica para afastar a possibilidade de participação de empresas em consórcio, necessário se faz que a administração traga justificativa tecnicamente idônea, dito de outra forma, deve afastar a regra da permissão dos consórcios de forma circunstanciada, conforme exige o art. 18, IX da Lei 14.133/21:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, **e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;(grifei)

Neste sentido, reputo necessária, antes da análise definitiva do juízo de admissibilidade, a oitiva prévia do Município de Laranjeiras do Sul para que se manifeste acerca do alegado na peça inicial, em especial que traga justificativas idôneas e circunstanciadas que possam autorizar o afastamento da regra da participação de empresas em consórcios.

Assim, sigam os autos à **Diretoria de Protocolo – DP** para realizar a intimação do Município de **Laranjeiras do Sul, na pessoa de seu representante legal**, ficando autorizada a usar das formas mais céleres possíveis, para que, no prazo de 3 (três) dias, manifeste-se preliminarmente sobre todos as supostas irregularidades noticiadas na peça exordial, devendo trazer informações, acompanhadas de documentação, em especial do inteiro teor do procedimento de licitação cujo objeto é o Edital da Concorrência Eletrônica nº 019/2024-PMLS, e informações sobre eventuais contratos dela decorrentes.

Advirto ao intimado, desde já, que o não atendimento injustificado desta intimação poderá ensejar a aplicação da sanção prevista no artigo 87, inciso I, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005.¹ Informo ainda, que a procedência deste feito poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na referida lei e encaminhamento aos demais órgãos competentes.

Após decurso de prazo, com ou sem a apresentação de resposta, retornem os autos para juízo de admissibilidade do feito.

¹ **Art. 87.** As multas administrativas serão devidas independentemente de apuração de dano ao erário e de sanções institucionais, em razão da presunção de lesividade à ordem legal, aplicadas em razão dos seguintes fatos:[...]

I – No valor de 10 (dez) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPFPR:

b) deixar de encaminhar, no prazo fixado, os documentos ou informações solicitadas pelas unidades técnicas ou deliberativas do Tribunal de Contas, salvo quando houver justificado motivo. [...]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE CONSELHEIRO IVAN LELIS BONILHA

Publique-se.

Curitiba, 1 de agosto de 2024.

IVAN LELIS BONILHA
Conselheiro Relator